

**ATA DA 52ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO**

Ata da 52ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 17 de julho de 2015, à 13h30, na Sala de Reuniões da Presidência, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Renato Jaquet Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Doutor André Vinicius Espírito Santo de Almeida, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira, a Excelentíssima Senhora Conselheira Hellen Falcão, representante da OAB/DF, a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas, a Senhora Assessora do MPDFT Doutora Gabriela Badaró e o Senhor Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação MPDFT Doutor Luiz Augusto Becker. Ausentes, justificadamente, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC-JEC-BSB Doutor Josmar Gomes de Oliveira, o Senhor Secretário-Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto e a Excelentíssima Senhora Defensora Pública do Distrito Federal Sandra Aparecida Dohler Ferreira, tendo indicado para substituí-la nesta reunião, o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Leonel Magalhães, tendo comparecido ainda, o Senhor Diretor de TI da Defensoria Pública Doutor Leandro Hungria das Neves. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos, submetendo à apreciação dos membros do Comitê a Ata da 51ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 10 de julho de 2015. Não havendo impugnação, declarou a ata aprovada. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor questionou sobre a solução que está sendo analisada para a questão trazida pela Excelentíssima Senhora Defensora Pública do DF Doutora Sandra Aparecida Dohler Ferreira no Ofício 100/2015, da Defensoria Pública do DF, no qual informou, entre outros problemas, sobre a necessidade de vinculação do CPF do autor para distribuição da ação. Conforme foi esclarecido, essa exigência poderia ser dispensada quando a parte autora for menor ou não possuir o registro. O Senhor Secretário do PJE informou que foi aberta uma solicitação junto ao CNJ, para solucionar essa questão. O Senhor Secretário do PJE informou que neste momento, a demanda ainda não é muito grande, mas a tendência é que aumente quando tivermos expandido o PJE. Em seguida a Senhora Conselheira Hellen Falcão informou que



recebeu a ata da reunião do Comitê Nacional do PJE e verificou que o documento menciona sobre a impossibilidade de que os tribunais realizem aquisição de sistema de áudio e vídeo para a audiência, uma vez que o CNJ está desenvolvendo um sistema que será disponibilizado no PJE para todos os tribunais, a fim de unificar a gravação de audiência. Na ocasião, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Rosas informou que o Tribunal, até o momento, não recebeu essa informação e destacou que atualmente essa é a maior demanda dos juízes justamente porque vêm recebendo tudo em áudio e vídeo, além do tempo dispendido em cada audiência. Também mencionou que o Tribunal está com duas licitações em andamento, uma para aquisição de hardware e outra para aquisição do software. O Senhor Secretário do PJE informou que o Tribunal está atrás nessa questão e que de qualquer maneira, o equipamento terá que ser adquirido. No decorrer da reunião, o MM Juiz Assistente da Presidência conversou por telefone com o Doutor Bráulio do CNJ e obteve a confirmação de que o CNJ está realmente desenvolvendo um software para a gravação de audiências no PJE e que o mesmo já está em fase final. Conforme foi relatado pelo MM Juiz Assistente da Presidência, o Doutor Bráulio também solicitou que o Tribunal de Justiça seja um dos tribunais pilotos para testar a solução, já que estará disponibilizando o sistema de módulo de gravação de audiência no PJE, gratuitamente, no começo de agosto. O Senhor Juiz Assistente da Presidência informou aos membros do Comitê que será necessário reunir-se com os responsáveis pela área de tecnologia para avaliar a situação e levar essa questão ao Presidente do Tribunal Desembargador Getúlio de Moraes para decidir sobre a conveniência de dar continuidade ao processo licitatório de aquisição de software, nesse caso. Na sequência, o Excelentíssimo Senhor Procurador do MPDFT Doutor André Vinícius questionou quanto a implantação do PJE na Vara de Registros Públicos, se poderá ser estendida para a habilitação de casamento e reconhecimento de paternidade, uma vez que estes procedimentos não são considerados judiciais e sim, extrajudiciais. A Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates informou que o MM Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista está realizando um estudo sobre o fluxo de trabalho, a fim de verificar a possibilidade de inverter o cronograma para que antes da implantação na Vara de Registros Públicos seja implantado o sistema PJE, na Vara de Ações Previdenciárias. O Senhor Secretário do PJE assinalou que a mudança para a Vara de Registros Públicos é de fato muito grande e já a Vara de Ações Previdenciárias será mais fácil. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola propôs que o Comitê Gestor aprovasse desde já a implantação do PJE primeiramente na Vara de Ações Previdenciárias e posteriormente, na Vara de Registros Públicos. A sugestão foi acolhida pelos presentes para a inversão no cronograma 2015 quanto à implantação do PJE nessas unidades judiciárias. Em seguida, passou-se ao **segundo item da pauta: Respostas aos questionamentos da OAB/DF na reunião de 19/06/2015**. Foi entregue pelo Senhor Secretário do PJE, documento com as respostas aos questionamentos



suscitados pela Conselheira Hellen Falcão, a saber: **1: se uma parte peticionar e informar que o documento é sigiloso, após a análise do magistrado, em quanto tempo a parte adversa terá acesso aos documentos do processo?** Foi respondido que a parte adversa terá acesso ao documento quando o magistrado ou diretor de secretaria retirar o sigilo. **2. Quando é cadastrado novo advogado sem reserva de poderes, e que ingressou em substituição ao anterior o sistema não está atualizando o cadastro do novo advogado. A inclusão é automática ou depende de alguma análise? O PJE neste caso deveria excluir o advogado anterior automaticamente ou esta exclusão depende de atuação do juízo?** Foi respondido que dependerá da atuação do Juízo. **3. Como é feito o peticionamento nos processos arquivados já que eles saem do acervo em tramitação?** Foi respondido que o peticionamento é aberto para o advogado peticionar. Quando ocorre o peticionamento aparece para o usuário o processo também na tarefa de documentos não lidos, mas o mesmo não é movido da tarefa/caixa arquivo definitivo. **4. Como é o peticionamento requerendo o cumprimento de sentença em processos já arquivados?** Foi informado que o peticionamento é aberto para o advogado peticionar. Quando ocorre o peticionamento aparece para o usuário o processo também na tarefa de documentos não lidos, mas o mesmo não é movido da tarefa/caixa arquivo definitivo. **5. Como é o vencimento do prazo quando ocorre suspensão ou prorrogação do prazo em virtude de problemas no funcionamento do sistema? O próprio sistema altera a data do vencimento do prazo no PJe ou mantém a data anterior? Caso o sistema altere a data, esta informação é exibida na tela de pesquisa do advogado e do juízo?** Foi informado que o próprio sistema altera as informações do prazo. As informações ficam disponíveis aos usuários internos e externos na aba de Expedientes localizada em detalhes do processo e na aba de intimações no painel dos advogados, procuradores, promotores e defensores públicos. Para auxiliar os usuários do TJDFT está disponibilizado na página do PJE em www.tjdft.jus.br/pje - monitoramento arquivo contendo as datas que ocorreram a prorrogação do prazo. A Conselheira Hellen Falcão informou ainda que recebeu várias mensagens de advogados informando que ao acessar os processos, aparecia a mensagem: **não encontrado**. O Senhor Secretário do PJE informou que houve mudança no endereço e provavelmente os advogados estavam acessando o endereço antigo. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola questionou sobre o treinamento para a Defensoria e o Senhor Secretário do PJE informou que está em andamento e que já foram treinadas quatro turmas. Na oportunidade, o Excelentíssimo Senhor Procurador Alexandre Pereira solicitou que fosse dada celeridade a assinatura do Termo de Cooperação Técnica que está sendo firmado entre a Procuradoria e o Tribunal de Justiça e o Senhor Secretário do PJE informou que a minuta do Termo de Cooperação já se encontra na Assessoria Jurídica para análise da minuta e posterior assinatura dos órgãos envolvidos. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor



agendou a 53ª Reunião para o dia 24 de julho de 2015, sexta-feira, às 13h30. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, encerrou a sessão, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

DESEMBARGADOR FLÁVIO ROSTIROLA

Presidente do Comitê Gestor do PJE

EDUARDO HENRIQUE ROSAS

Juiz Assistente da Presidência

FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA

Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA

Procurador de Justiça do MPDFT

ALEXANDRE MORAES PEREIRA

Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do DF

LEONEL MAGALHÃES

Defensor Público da Defensoria Pública do DF

HELLEN FALCÃO

Conselheira da OAB/DF

DECLIEUX DIAS DANTAS

Secretário do PJE

KATIA DE SOUZA PRATES

Coordenadora da COSIST

GABRIELA BADARÓ

Assessora do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT

LUIZ AUGUSTO BECKER

Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação do MPDFT

LEANDRO HUNGRIA DAS NEVES

Diretor de TI da Defensoria Pública do DF